

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Empresário se suicida durante evento com ministro.....	2
Título: ANP aprova nova regra para ampliar transparência nos preços de mercado	3
Título: Sobre gás, pedras e a Medusa	4
Título: Quatro grupos avançam no processo de aquisição da Liquigás	7
Título: Destaques	8
Título: BP avança em geração solar no Brasil.....	9
Título: Cepel vê opções para operar com apoio privado	11
Título: Laboratório de smart grid iniciará testes em dezembro	12
Título: Minério perde fôlego, mas se segura acima de US\$ 120.....	14
Título: ArcelorMittal aumenta área de segurança em MG	15
Título: Demanda em oferta da Light supera livro	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Empresário se mata em frente a governador e ministro	17
Título: MP 579, nunca mais.....	19
Título: Família e aliados querem PF na escolta de Bolsonaro	20
VEÍCULO: O Globo	22
Título: Empresário se mata durante evento com ministro em Sergipe	22
Título: Guedes espera aprovação no plenário semana que vem.....	23
Título: Alerta em barragem desaloja mais 23 famílias em Minas.....	26
Título: Relator da LDO decide prever reajuste para servidores civis	27

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/07/2019****Seção: Brasil****Autor: Raphael Di Cunto e Carolina Freitas | De Brasília e de São Paulo****Título: Empresário se suicida durante evento com ministro**

Um empresário se suicidou ontem com um tiro na cabeça durante a abertura de um evento em Aracaju em que estavam presentes o governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, e **o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Sadi Paulo Castiel Gitz, de 70 anos, era proprietário e presidente da Cerâmica Sergipe e estava na plateia durante a abertura de simpósio sobre o setor de gás natural.

A empresa passava por dificuldades financeiras e estava em estado falimentar, o que levou a demissão em massa dos funcionários - segundo comunicado da empresa, que estava paralisada desde maio, 600 empregos diretos e indiretos foram afetados.

Na nota em que anunciou a paralisação, a empresa acusou, justamente, o alto preço do gás cobrado pela concessionária Sergipe Gás (Sergas) como responsável pelo fechamento da fábrica.

No fim do mês passado, o governo lançou um o conjunto de medidas para abrir a concorrência no mercado de gás natural e reduzir o preço de oferta do insumo no país, com o programa Novo Mercado de Gás. Desde então, o ministro de Minas e Energia tem comparecido a audiências públicas e eventos para divulgar e defender a iniciativa.

Gitz atuava no Estado de Sergipe havia 30 anos. Nascido em Porto Alegre, era formado em matemática, engenharia mecânica e administração. Tinha pós-graduação em engenharia naval e engenharia de segurança pela PUC do Rio Grande do Sul, com MBA em gestão pela Fundação Getulio Vargas. Ele trabalhou no serviço público e presidiu a Associação Comercial e Empresarial de Sergipe (Acese). Em 1986, fundou a Cerâmica Sergipe.

Em nota, o governo de Sergipe disse lamentar o ocorrido com o empresário e informou que o simpósio foi cancelado. O episódio também foi lamentado pelo ministro Bento Albuquerque.

Já o vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, mais uma vez criticou o trabalho do Gabinete de Segurança Institucional da

Presidência (GSI). "Mais uma falha de segurança. Seria bom a segurança do presidente ficar mais atenta", escreveu no Twitter. A segurança de ministros de Estado não cabe ao GSI. O órgão tem como atribuição coordenar a segurança do chefe do Executivo. O órgão não comentou a declaração de Carlos Bolsonaro.

Não é a primeira vez que o filho do presidente critica o trabalho do GSI, cujo chefe é o general Augusto Heleno. Recentemente, ele levantou dúvidas sobre a atuação do GSI após a prisão de um sargento da Aeronáutica que transportava 39 quilos de cocaína em um avião da comitiva presidencial que iria ao Japão para o G-20. **(Colaborou André Guilherme Vieira, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/07/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: ANP aprova nova regra para ampliar transparência nos preços de mercado

A diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP) aprovou ontem duas novas resoluções que ampliam a transparência dos preços dos combustíveis líquidos e do gás natural. Uma das principais bandeiras do órgão regulador, em resposta à greve dos caminhoneiros de 2018, a proposta foi enfim aprovada após quase um ano de debates.

Com a nova regulamentação, todos os produtores e importadores de derivados terão de publicar os preços praticados em cada um dos pontos de suprimento do mercado brasileiro. Originalmente, a regra valeria apenas para os agentes dominantes, mas depois foi estendida para todos. Já as distribuidoras continuarão a encaminhar seus preços, para tratamento estatístico interno da ANP, sem a necessidade de publicação.

As novas regras já vinham sendo praticadas pela Petrobras, para o diesel e a gasolina. Frente às ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros, a estatal se antecipou à regulamentação e passou a divulgar, desde abril, os preços reais praticados pela empresa em 37 pontos de suprimento. Com a nova resolução, a estatal também terá que abrir seus preços, nos diferentes pontos, para o querosene de aviação (QAV), gasolina de aviação (GAV), gás liquefeito de petróleo (GLP), óleo combustível e asfaltos. As regras entram em vigor 30 dias após a publicação da resolução.

A ANP passará a exigir, ainda, que os contratos celebrados entre os agentes especifiquem as condições de formação dos preços e dos seus reajustes. O

objetivo é o monitoramento constante do mercado para detectar indícios de condutas anticompetitivas.

"Mantém-se a liberdade de pactuação de preços entre as partes, exigindo-se apenas as condições para sua formação", disse o superintendente de defesa da concorrência da agência, Bruno Caselli, ontem, durante reunião da diretoria da ANP.

A proposta teve idas e vindas. Originalmente, a ideia era exigir que os contratos entre os fornecedores (produtores e importadores) e as distribuidoras incluíssem uma fórmula de preços. Depois da repercussão negativa entre os agentes, dentre os quais a própria Petrobras e as distribuidoras, que viam na proposta um sinal de interferência, o regulador retirou a exigência, mas manteve a obrigatoriedade de apresentação dos critérios para formação de preços.

A ANP também aprovou uma resolução à parte para o gás natural, que prevê a divulgação integral dos contratos de compra e venda nos mercados cativos e dos preços médios ponderados, bem como outros dados importantes como volumes contratados e condições de take-or-pay (cláusula em que o volume de gás deve ser pago independentemente de ter sido consumido). As novas regras para o gás entrarão em vigor 60 dias após a publicação da resolução.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/07/2019

Seção: Opinião

Autor: Lucien Belmonte

Título: Sobre gás, pedras e a Medusa

O choque do gás natural apresentado pelo governo federal é fator-chave para recolocar a indústria brasileira nos trilhos e recuperar a economia nacional. Hoje o custo excessivo do energético limita a competitividade da produção e inviabiliza os tão necessários investimentos nas unidades fabris. Gás competitivo pode acelerar o ritmo de crescimento econômico e promover a urgente retomada do emprego: estudo da FGV Projetos mostra que esse cenário proporcionaria um acréscimo de R\$ 155 bilhões no PIB em 2020 e cerca de 800 mil postos de trabalho adicionais no país.

As discussões dos últimos dias comprovam, no entanto, que viabilizar esse processo não é simples. O mito grego da Medusa exemplifica a complexidade do enfrentamento do monopólio da Petrobras: transformada pela deusa Atena em

um monstro, ela ficou com serpentes no lugar dos cabelos - os inúmeros ciclos viciosos de práticas anticoncorrenciais em diferentes pontos da cadeia de gás natural que prejudicam o desenvolvimento do mercado, os consumidores e a economia brasileira. Mais, na história clássica, todos que olhassem para a Medusa eram transformados em estátuas de pedra. Há cerca de 20 anos, a indústria acabou enfeitiçada: seduzida pela qualidade da queima, converteu plantas produtivas que usavam óleo combustível para o gás proveniente da Bolívia. Hoje, esses produtores se veem na condição de "locked in consumers", amargando preços excessivos e impossibilitados de voltar à condição anterior devido às exigências ambientais relativas a emissões de poluentes.

Não é simples enfrentar o monopólio exercido pela Petrobras no setor. Em primeiro lugar, é preciso considerar as condições de oferta de gás sobre a composição do preço. Hoje, a maioria do gás brasileiro é produzido offshore, dependendo, portanto, de gasodutos de escoamento submarinos para chegar ao mercado. Na prática, a Petrobras produz 67% desse gás, mas comercializa 98% no mercado. A diferença entre os montantes a empresa compra de outros produtores. É que, sem acesso aos gasodutos de escoamento, essas petroleiras preferem se concentrar na produção do óleo.

Essa situação alimenta, por um lado, o desinteresse dos produtores pelo mercado de gás natural, uma vez que o preço permanece pouco atrativo para novos ofertantes. A Petrobras, por sua vez, mantém-se em condição dominante para precificar o insumo, pois também é responsável pela principal alternativa que poderia influenciar seus preços - a importação de gás natural liquefeito (GNL). Ainda, ciente do seu poder de mercado, atua para intensificá-lo. Por exemplo, a proposta de modificar os padrões de composição do gás, ampliando os limites aceitáveis de etano, sugere uma tentativa de arbitragem de preços do combustível e dos insumos usados na indústria petroquímica.

A adequada regulação do transporte do gás é fundamental para que a atividade seja opção de investimento

A falta de transparência na formação dos preços do gás se repete no caso dos gasodutos de transporte. Independentemente de sua caracterização jurídica (concessões ou autorizações), tal infraestrutura é monopólio natural, uma vez que não é competitivo instalar um duto concorrente num mesmo percurso. Mas, na condição de facilidades essenciais, esses dutos deveriam seguir as regras relativas à sua condição, passando por revisões tarifárias periódicas com a devida transparência.

Esses processos de revisão teriam inclusive possibilitado o repasse, aos consumidores finais, dos acordos de leniência realizados no âmbito da Operação Lava- Jato. Vale lembrar que, nos cinco anos da Operação concluídos em março último, R\$ 2,5 bilhões retornaram aos caixas da empresa, montante que inclui fraudes comprovadas relativas ao Gasoduto Catu-Pilar, terminal de Regaseificação da Bahia e montagem do gasoduto Urucu-Manaus, entre outros. Mas a parcela dos custos do gás natural relativa ao transporte, definida com base no custo total dos gasodutos incluindo os valores da corrupção, não sofreu qualquer alteração mesmo com a recuperação dos valores ao caixa da empresa.

Aliás, a adequada regulação do transporte do gás é fundamental para que a atividade se transforme numa alternativa de investimento, atraindo recursos para a expansão da malha de gasodutos. Não faz sentido, portanto, no contexto da discussão liberalizante em curso, que se concretizem alternativas como o chamado Dutobras - que acaba de ser aprovado pela Câmara dos Deputados e prevê que o custo de novos gasodutos seja bancado com 20% dos recursos do Fundo Social, criado com parte dos royalties do pré-sal para finalidades como saúde e educação. Os defensores da medida alegam que os recursos voltariam ao fundo à medida que os novos gasodutos ficassem cheios: um total contrassenso. Por que não usar o mercado de capitais para financiar esses projetos e sim criar uma dívida com organismo que não tem característica de emprestar dinheiro para projetos de infraestrutura?

Além disso, é preciso cuidado para que as recentes descobertas de gás natural em Sergipe - com potencial de ampliar a oferta nacional em 20 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia - não prejudiquem a análise do cenário. Deve-se aproveitar a situação positiva justamente para garantir melhorias estruturais do setor, de modo que se obtenha um desenvolvimento efetivo do mercado, e não apenas o benefício imediato proporcionado pelos grandes volumes de gás.

Esses princípios em favor do gás competitivo sustentável estão contemplados na reforma apresentada pelo governo. Mas sua efetiva aplicação depende da observação das regras de mercados regulados e do direito da concorrência. Ou seja, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) têm de assumir suas responsabilidades nesse processo, solucionando a parcela que lhes cabe nos diferentes pontos críticos da cadeia.

Diferentemente do mito grego, em que Perseu conseguiu se aproximar sozinho da Medusa para matá-la guiando-se pelos reflexos em seu escudo, esta é uma batalha que depende de mais guerreiros: todos eles têm de estar atentos para o enfrentamento dos efeitos nocivos do monopólio sobre a economia nacional.

Lucien Belmonte é superintendente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Quatro grupos avançam no processo de aquisição da Liquigás

A Petrobras selecionou ao menos quatro propostas entre as ofertas não vinculantes recebidas, em junho, pela Liquigás e espera agora que os grupos apresentem suas propostas vinculantes (ofertas firmes) até o início de agosto.

A Liquigás é uma distribuidora de gás liquefeito de petróleo (GLP), que fornece gás para uso doméstico e industrial, e sua venda é parte do amplo plano de desinvestimentos da estatal de petróleo. Na primeira etapa de propostas, a linha de corte de valor da Petrobras para levar as empresas à próxima fase, conforme duas fontes, foi de R\$ 2,1 bilhões.

O **Valor** apurou que estão entre os proponentes na nova fase as gestoras de private equity GP Investments, Mubadala e Advent e a empresa de participações Itaúsa. Enquanto a Advent avalia sozinha o negócio, a Itaúsa se associou à também distribuidora Copagaz. A Ultragaz também está em um dos consórcios com investidores financeiros, com uma participação de um terço.

São considerados favoritos hoje os grupos liderados por Itaúsa e Mubadala. O preço de referência máximo dado pelo mercado são os R\$ 2,8 bilhões que a Ultragaz se dispôs a pagar no ano passado - operação vetada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Outras gestoras que estavam interessadas no ativo inicialmente, como Warburg Pincus e Carlyle, já deixaram a mesa de negociação - esta última acessou o material da venda mas não chegou a fazer proposta, segundo uma fonte. O fundo de pensão canadense CPPIB também avaliou o ativo.

A Petrobras dispensou na primeira fase ao menos duas propostas que estavam entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 2 bilhões, apurou o **Valor**. A Petrobras é assessorada no processo de venda da empresa pelo banco Santander.

Conforme uma fonte, o modelo de venda de operações da Petrobras continua composto por três fases - propostas não vinculantes, vinculantes e contra-propostas. Ou seja, uma vez escolhido o vencedor e negociado o contrato, a estatal volta aos demais interessados com a oportunidade de cobrirem a oferta. É o mesmo modelo feito na venda da empresa de gasodutos Transportadora Associada de Gás (TAG), que ainda causa desconforto a alguns investidores.

"Esse formato expõe muito a outros players o que foi decidido no contrato final proposto e acaba tendo uma arbitragem de preço, com alguns investidores segurando uma margem de ajuste caso precisem fazer contra-proposta", disse uma pessoa com conhecimento do assunto.

A participação reduzida da Ultragaz no processo é uma determinação do edital de venda, já que no ano passado a transação foi vetada por resultar em concentração de mercado. Quando o Cade vetou a aquisição, o grupo Ultra teve que pagar à Petrobras uma multa de rompimento do negócio, no valor de R\$ 286 milhões. Quatro empresas respondem por 85% do volume de gás envasado e a granel no país.

Essa restrição aos operadores foi o que abriu espaço para maior participação, desta vez, dos investidores financeiros. Como os operadores têm ganhos de sinergia, conseguem oferecer preços maiores - para os fundos, a conta é um pouco diferente. Os ofertantes das propostas não vinculantes que a Petrobras selecionou para a nova fase ainda vão definir se apresentam a proposta vinculante.

No ano passado, a Liquigás atingiu faturamento de R\$ 5,6 bilhões e teve lucro líquido de R\$ 148 milhões. A empresa tem uma rede de quase 5 mil revendedores autorizados no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras em Sergipe I

Desde 2015 distante da costa sergipana, a Petrobras está de volta às atividades de exploração em águas profundas da bacia Sergipe-Alagoas. Depois de perfurar um poço na região e confirmar novos indícios de óleo e gás na concessão BM-SEAL-4, em abril, a companhia se comprometeu a perfurar mais um poço na área até o fim do ano. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) aprovou ontem a inclusão de um novo poço no plano de avaliação de descoberta de Moita Bonita

e a antecipação do prazo para declaração de comercialidade da descoberta para 1º de dezembro deste ano. O prazo anterior era o segundo semestre de 2020

Petrobras em Sergipe II

Além disso, a Petrobras prevê realizar, ainda neste ano, um teste de longa duração na descoberta de Farfan. Ao todo, a estatal já fez seis importantes descobertas em águas profundas na Bacia de Sergipe, nos últimos anos: Cumbe, Barra, Farfan, Muriú, Moita Bonita e Poço Verde. A petroleira vem investindo agora em novas perfurações para avaliar melhor essas descobertas e confirmar as extensões das acumulações. O plano da companhia é começar em 2023 a produção em águas profundas de Sergipe, com a instalação de uma plataforma com capacidade para 100 mil barris por dia na região. Em paralelo, a Petrobras busca sócios para desenvolver o projeto. Ela colocou à venda participações de 20% a 50% nas concessões que ela opera na região. As companhias indianas ONGC e IBV são sócias em parte dos projetos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: BP avança em geração solar no Brasil

A Lightsource BP, joint venture de energia solar que tem como sócia a petroleira britânica BP, deu um passo importante em sua estratégia de expansão no Brasil, ao fechar acordo para adquirir cerca de 2 gigawatts (GW) em projetos de geração solar fotovoltaica a serem construídos. O volume de energia é expressivo e corresponde praticamente à totalidade da capacidade instalada da fonte solar no país hoje. O prazo de execução dos projetos, no entanto, vai depender do desempenho do mercado brasileiro, disse ao **Valor** o diretor de negócios internacionais da Lightsource BP, Vlasios Souflis.

O executivo explicou que o objetivo da companhia é operar projetos de geração voltados para consumidores comerciais e industriais, com foco em geração distribuída e grandes empreendimentos no mercado livre. Com a carteira de projetos adquirida da Enerlife, a empresa poderá avançar nesses planos a partir de agora.

O portfólio adquirido consiste em 1,9 GW em projetos em desenvolvimento, incluindo 440 MW que poderão ser habilitados em leilões de geração no mercado regulado (das distribuidoras) e 180 MW estruturados para geração

distribuída. Nessa modalidade, a energia gerada por um determinado consumidor é injetada na rede e se reverte em desconto na conta de luz do cliente.

Junto da carteira de projetos, a Lightsource BP está levando também membros seniores da equipe da Enerlife, que atua como desenvolvedora na América Latina. É o caso de Miguel Lobo, que presidia a companhia e passou a responder como diretor de novos negócios na joint venture da BP.

A ida dos especialistas da Enerlife para a Lightsource BP foi uma parte importante do negócio. Segundo Souflis, é "especialmente complicado" tornar projetos de geração de energia solar no Brasil viáveis do ponto de vista financeiro, e a compra de uma carteira já desenvolvida foi uma decisão tomada para acelerar esse processo. "Com a aquisição teremos também muitos especialistas que já trabalham com isso no Brasil. Precisamos de boas pessoas", disse.

A Enerlife vendeu cerca de 164 MW em energia solar no leilão A-4 realizado na semana passada, com previsão de entrada em operação em 2023, ao preço historicamente baixo de R\$ 64,99 por megawatt-hora (MWh). Segundo Souflis, apenas 30% dos parques em questão foram contratados no leilão, uma estratégia para assegurar a conexão à rede.

"Os 30% vendidos foram o mínimo exigido para garantir a conexão, mas o restante vai ser vendido no mercado livre para grandes clientes", disse Souflis. Segundo ele, a destinação dessa energia a consumidores livres, combinada à facilidade da companhia de ter uma cadeia de suprimento global, faz com que esses empreendimentos sejam rentáveis. A estrutura de financiamento, que terá o suporte da petroleira, também é outro diferencial.

A Lightsource BP tem nesse portfólio adquirido outros projetos que podem ser enquadrados em leilões futuros, inclusive para o A-6 que acontece em outubro e vai vender energia para entrega em 2025. "Mas não precisamos disso nesse momento", disse. A prioridade será desenvolver para o mercado livre, na qual os consumidores podem escolher de quem comprar a energia. Por ser uma fonte renovável, a solar dá ainda ao consumidor o direito a desconto no uso da rede.

A geração distribuída também tem lugar importante nos planos da companhia, que cresceu com projetos pequenos em países importantes como o Reino Unido. O ritmo do seu desenvolvimento vai depender do desenrolar de

mudanças regulatórias hoje em discussão no país. "Tudo vai depender de como o mercado vai se desenvolver. Vamos adaptar nossa estratégia a isso, somos flexíveis e podemos nos ajustar", disse. **(Colaborou Raquel Brandão)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Cepel vê opções para operar com apoio privado

O novo diretor-geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), Amílcar Guerreiro, vê pelo menos dois caminhos para o funcionamento do instituto, mesmo em uma eventual privatização da Eletrobras, principal patrocinadora da entidade. O primeiro é o aperfeiçoamento da governança para atrair novos associados, além das empresas do grupo Eletrobras. O segundo é a possibilidade de alteração na regulação para permitir que elétricas privadas possam aportar no Cepel recursos do programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"Não vejo sendo colocada em dúvida a importância do Cepel", disse ele ao **Valor**, com relação ao governo. "A forma como o Cepel está organizado nos permite aperfeiçoar aspectos de governança, para que ampliemos o quadro de associados. Esse marco é aderente a qualquer encaminhamento que se dê no grupo Eletrobras."

A versão anterior do plano de privatização da Eletrobras, elaborada no governo Temer, previa que a companhia mantivesse o patrocínio ao Cepel por quatro anos após a desestatização. Após esse período, não havia nenhuma definição sobre o futuro da instituição. A nova versão do plano de capitalização, e possível privatização da Eletrobras, ainda está em elaboração pelo governo Bolsonaro.

Do orçamento do Cepel, da ordem de R\$ 250 milhões por ano, 40% são aportados pela holding Eletrobras e outros 40% pelas subsidiárias da estatal. O restante é oriundo de aportes de outros associados e da receita de contratos de prestação de serviços para o setor.

Guerreiro vê espaço para ampliar a atuação do Cepel no mercado, mas entende que esta não pode ser a única alternativa de arrecadação de recursos do instituto, que é uma associação civil sem fins lucrativos. "Tem que ser algo equilibrado, para não perdermos algo muito valioso, que é a capacidade de inovar, de fazer pesquisa aplicada para o setor elétrico", afirmou.

Ele defende que empresas privadas tenham a opção de fazer aportes no Cepel, dentro do programa de P&D da Aneel, o que é permitido apenas a Eletrobras e Petrobras. Hoje, elétricas privadas são obrigadas a investir diretamente em projetos de P&D, que, em muitos casos, não geram resultado efetivo.

"Deveria ser um direito de todas as empresas, não apenas daquelas vinculadas ao ministério [de **Minas e Energia**]. Mas não estou defendendo que seja obrigatório. E o Cepel tem que ser capaz de mostrar que merece esse o aporte e que vai dar resultado em termos de soluções para o setor", completou ele.

Com mais de 40 anos de experiência na área de energia, Guerreiro vê um papel relevante para o Cepel nos processos de transição energética e de descentralização do setor. Um exemplo disso, explicou, é a construção do laboratório de redes inteligentes, cuja primeira etapa está prevista para entrar em operação em dezembro.

Nessa linha, uma das prioridades do Cepel hoje é realizar simulações e eventuais aperfeiçoamentos no "Dessem", sistema computacional que será utilizado pelo setor para calcular os preços horários de energia elétrica, mecanismo previsto para entrar em vigor em janeiro de 2020. Na prática, o novo modelo permitirá um sinal de preços mais aderente à realidade da operação, com potencial de redução de custos para o sistema.

Responsável pela criação dos principais modelos computacionais utilizados na operação do sistema elétrico brasileiro, o Cepel tem hoje cerca de 320 funcionários, entre pesquisadores e administrativos. Entre os principais projetos desenvolvidos pela instituição estão o modelo de planejamento da operação de sistemas hidrotérmicos (Newave) e o programa de supervisão e controle do sistema (SAGE) do Sistema Interligado Nacional (SIN), ambos utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Um dos principais centros do tipo na América Latina, o Cepel possui quatro patentes concedidas e vigentes. Além disso, tem 12 pedidos de patente depositados no Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi) aguardando deferimento. O centro também é acreditado pelo Inmetro para a certificação de equipamentos do setor elétrico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Laboratório de smart grid iniciará testes em dezembro

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) prevê iniciar em dezembro a operação do laboratório de redes elétricas inteligentes ("smart grid"), em construção em Adrianópolis, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Maior unidade do tipo no Brasil, o laboratório vai operar em uma área de 4 mil metros quadrados e será utilizado para realizar ensaios relativos ao funcionamento do sistema brasileiro, a partir da inserção de novas tecnologias, como painéis fotovoltaicos e medidores eletrônicos, entre outros.

"Ele [o laboratório] foi concebido para atender empresas de distribuição, mas pode ser usado para outras atividades. Os componentes do laboratório extrapolam esse foco inicial", afirmou o diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Cepel, Raul Sollero, ao **Valor**. "A importância desse laboratório é dar suporte a ensaios para garantir o funcionamento do setor elétrico em uma configuração futura.

O empreendimento é dividido em quatro módulos. A primeira fase, que contou com investimentos de R\$ 9,5 milhões, a partir de recursos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Petrobras, é que entrará em operação em dezembro. Ela permitirá a simulação digital em tempo real de redes elétricas interagindo com equipamentos reais de potência operando em carga.

O módulo seguinte, previsto para entrar em operação no primeiro semestre de 2020, permitirá o ensaio de componentes, principalmente inversores fotovoltaicos, com capacidade até 200 quilowatts (kW). Nessa etapa, os investimentos são de R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões.

As duas últimas etapas, relativas a microrredes e sistemas de comunicação, estão previstas para serem implementadas entre 2020 e 2021. Segundo Sollero, os projetos básicos dessas duas fases já estão aprovados. O Cepel espera contar com apoio externo para investir nos dois últimos módulos. Mas também há perspectiva de aporte do grupo Eletrobras para essa finalidade.

No futuro, o objetivo é utilizar o laboratório para realizar também testes de segurança cibernética. "Esses equipamentos são eletrônicos, trabalham todos em rede. Precisamos ter segurança de que eles não serão alvos de ataques indevidos", disse Sollero.

O projeto do laboratório contou com a consultoria do instituto alemão Fraunhofer-Gesellschaft, por cerca de € 570 mil, com recursos do Banco Mundial.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: Minério perde fôlego, mas se segura acima de US\$ 120**

Depois de aproximar-se de US\$ 126 a tonelada, na terça-feira, no mercado à vista chinês, a cotação do minério recuou nos últimos três dias. Ontem, os contratos negociados no porto de Qingdao fecharam a US\$ 122,03 a tonelada, apontando retração de 2,2% em relação à quarta-feira. A baixa, traduzida em valor, foi de US\$ 2,72 a tonelada na comparação com os US\$ 124,75 na quarta-feira, conforme a publicação especializada "Fastmarkets MB".

A cotação de referência da commodity siderúrgica no mercado à vista chinês é para o minério com pureza de 62% de ferro por tonelada. Outros tipos, com maior pureza, principalmente o de 65%, ganham um prêmio que varia em dólar por tonelada a cada ponto percentual, além de outras especificações, como teor de sílica e alumina no produto.

A queda do minério em Qingdao acompanhou os contratos futuros na Bolsa de Commodities de Dalian (Dalian Commodity Exchange), que recuaram fortemente. Os preços futuros caíram para 868 yuans a tonelada (equivalente a US \$ 126) no pregão da tarde de ontem, queda de cerca de 4,45% ante os 908,50 yuans por tonelada na quarta-feira.

Os contratos de swaps de julho na Bolsa de Cingapura também caíram, de US \$ 122,60 a tonelada na abertura do mercado, para US\$ 120,70 no fechamento, segundo a "Fastmarkets MB".

O sentimento foi afetado por rumores de que um grupo de siderúrgicas havia planejado formar um grupo de trabalho para analisar o mercado de matérias-primas de aço, onde os preços atingiram uma alta de cinco anos este ano. Minério de ferro e carvão metalúrgico são os dois principais ingredientes para produção em usinas integradas. Em usinas minimills, sucata de aço e energia são os insumos que mais pesam no custo de produção.

Mesmo assim, algumas fontes disseram que a queda nos preços do minério de ferro era mais propensa a ser impulsionada por fatores mais fundamentais, especialmente as fracas condições do mercado "downstream".

Participantes do mercado, no entanto, avaliam que embarques mais baixos previstos do Brasil e da Austrália, juntamente com a queda nos estoques da commodity na China, deverão continuar mantendo os preços em alta. No curto prazo, indicam, a demanda chinesa ainda se mantém em alta.

No início da semana, o Ministério da Economia informou os dados de exportação de minério de ferro do país. Os volumes de exportação de minério de ferro caíram novamente em junho, em decorrência dos problemas de produção em minas da Vale em Minas Gerais. O país exportou 29,4 milhões de toneladas no mês passado, queda de 16,7% em relação a 35,3 milhões de toneladas um ano antes e 1,4% abaixo de 29,8 milhões de toneladas em maio.

Este foi o quarto mês consecutivo em que as exportações caíram na comparação ano a ano, reportou a "Fastmarkets MB". A Vale suspendeu parte de suas operações em Minas após a ruptura de uma barragem de rejeitos em 25 de janeiro, no município de Brumadinho. Cerca de 93 milhões de toneladas por ano de produção foram perdidas.

Brucutu, a maior mina operada pela empresa em Minas, recebeu autorização para reiniciar as atividades em 18 de junho, reduzindo a restrição de capacidade anual para 63 milhões de toneladas. A meta de volumes de vendas para 2019 é de 307 milhões a 332 milhões de toneladas por ano. A empresa esperava divulgar números no ponto médio desse intervalo.

Segundo os dados do Ministério da Economia, o valor das exportações de minério de ferro totalizou US \$ 2,04 bilhões em maio, ou US \$ 69,50 a tonelada FOB. Esses números são comparados com US \$ 1,64 bilhão e US\$ 46,50 a tonelada, FOB, em igual mês do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: ArcelorMittal aumenta área de segurança em MG

A ArcelorMittal aumentou a área de segurança de sua barragem no complexo Mina de Serra Azul, em Itatiaiuçu (MG). Em comunicado, a companhia informou que, como medida preventiva, decidiu realocar aproximadamente 30 famílias de duas comunidades próximas à mina. "É importante destacar que não houve nenhuma alteração no nível de emergência da barragem, que permanece no nível 2."

A Mina de Serra Azul produz 1,2 milhão de toneladas de concentrado e minério de ferro granulado por ano. A barragem de rejeitos dessa mina, que é a montante, está desativada desde outubro de 2012. Desde então, Serra Azul está operando sem nenhum rejeito úmido e trabalha com beneficiamento a seco.

A ArcelorMittal destacou, ainda, que tem trabalhado com as autoridades e com especialistas independentes para atualizar os níveis de segurança desta barragem. Segundo a companhia, após a atualização da análise teórica de rompimento de barragem ("dam break") e adotando premissas mais conservadoras, a área potencial de impacto foi ampliada, exigindo uma margem de segurança maior.

"Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para apoiar as famílias impactadas por esta última decisão, considerando que a nossa prioridade é a segurança, sempre", afirmou, por comunicado, Sebastião Costa, diretor-executivo da ArcelorMittal Mineração Brasil.

Em fevereiro, logo após a tragédia de Brumadinho, a companhia retirou de forma preventiva famílias da comunidade local com base em novos fatores de análise de segurança. "Desde a evacuação, em 8 de fevereiro, o monitoramento foi ampliado para incluir medidas adicionais, como monitoramento por vídeo 24 horas, monitoramento por radar, monitoramento sísmico, inspeções por drone e automação dos dispositivos de medição de nível do reservatório."

A companhia informou, ainda, que está realizando novas ações e estudos complementares para avaliar as opções para retornar ao plano de descomissionamento da barragem de rejeitos de maneira segura. "Após conclusão das melhorias para recuperar o fator de segurança, que estão em andamento, a empresa irá executar o descomissionamento da estrutura."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/07/2019

Seção: Finanças

Autor: Flávia Furlan e Camila Maia | De São Paulo

Título: Demanda em oferta da Light supera livro

A oferta subsequente de ações da distribuidora de energia Light alcançou ontem uma demanda que cobre o livro, em apenas dois dias após o lançamento da operação, segundo apurou o **Valor**. Conforme fontes envolvidas na oferta, a maior parte da alocação está no preço de R\$ 17, o que representa um desconto frente ao preço de tela dos papéis. As ações da companhia fecharam ontem a R\$ 19,93, com alta de 0,4% no dia e de quase 8% desde o anúncio da operação.

A Light enfrenta um plano de recuperação para reduzir o endividamento e melhorar a rentabilidade do negócio e apresentou no primeiro trimestre deste ano resultados melhores do que no mesmo período de 2018, com crescimento de 77% no lucro e de 11,8% na receita.

Segundo um interlocutor, o preço deve começar a subir, acompanhando a cotação do papel - ainda há tempo até a precificação, no dia 11. "Os investidores estão se posicionando para ter uma alocação maior na oferta prioritária, que termina amanhã [hoje]", diz.

Em uma oferta primária serão oferecidas 100 milhões de novas ações. Além disso, a estatal mineira Cemig vai vender 11,1 milhões de ações, com a opção de lote adicional de 22,2 milhões de papéis. A Cemig controla a Light com fatia de 49%, mas deve ficar com menos de 30% após a oferta. O BNDESPar tem 9,39% e o restante está em circulação no mercado.

Ao preço de R\$ 17, a oferta levantaria R\$ 1,88 bilhão e, ao preço de tela, subiria para R\$ 2,25 bilhões. O sindicato contratado tem Itaú BBA, BB Investimentos, Bradesco BBI, BTG Pactual, Citi, Santander e XP.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/07/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO Antonio Carlos Garcia ESPECIAL PARA O ESTADO / ARACAJU

Título: Empresário se mata em frente a governador e ministro

Dono de empresa de cerâmica suspendeu atividades de fábrica em maio e reclamava do preço do gás em Sergipe

O empresário do setor de cerâmica Sadi Gitz, de 70 anos, foi um dos primeiros a chegar ao auditório do hotel Radisson, em Aracaju, onde seria realizado o Simpósio de Oportunidades, do governo de Sergipe. Com tranquilidade, dirigiu-se à segunda fila da plateia e escolheu sentar-se em uma das extremidades, próximo aos oradores. Concluída a fala do governador Belivaldo Chagas (PSD), e antes que o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, começasse a discursar, pouco depois das 9 horas, Gitz se levantou, chamou pelo governador, gritou a palavra "mentiroso" e se matou com um tiro.

Pela rapidez dos acontecimentos, parte da plateia demorou a compreender o que acontecia. Houve correria, e o evento foi cancelado. O discurso do governador tentou estimular empresários, com frases como "Sergipe desponta como a estrela do gás natural no Brasil", em referência à descoberta

pela Petrobrás de um novo reservatório de gás no litoral do Estado e ao investimento da Exxon na exploração de petróleo e gás.

Amigos de Gitz suspeitam que o gás natural tenha sido a razão pela qual o empresário tenha escolhido o seminário para se matar. Era recorrente sua reclamação contra o preço do gás, que teria, segundo ele, causado a suspensão da operação de sua fábrica de pisos e revestimentos, a Cerâmica Sergipe, localizada em Nossa Senhora do Socorro (SE). A empresa pediu recuperação judicial.

Empresário de destaque, já tendo sido membro da Associação Comercial de Sergipe e do conselho deliberativo do Sebrae, Gitz recorreu à imprensa em maio para divulgar sua desavença com a distribuidora Sergás. "A Cerâmica Sergipe vem a público informar que iniciou neste dia, 15 de maio, processo de hibernação do seu parque industrial. O motivo determinante foi o preço do gás cobrado pela concessionária Sergás, empresa do governo do Estado", afirmou, em nota, à época. A distribuidora informou que o empresário não cumpriu um contrato assinado e que cobrava dele mais de cem dias de consumo. No segmento de cerâmica, o combustível representa mais da metade dos custos de produção.

Amigo do empresário, o advogado Paulo Brandão contou que costumava se encontrar pelo menos uma vez por semana com Gitz – no último mês, porém, as conversas se limitaram às redes sociais. "Nas mensagens, Sadi reclamava do preço do gás e dizia que isso inviabilizou a empresa dele", afirmou.

A distribuição de gás natural é uma concessão dos governos estaduais. Em Sergipe, está nas mãos de três diferentes acionistas – governo do Estado, Petrobrás e a japonesa Mitsui. O empresário chegou a se encontrar com o governador Chagas, há dois meses, para falar da questão do gás. Há 15 dias, participou de um encontro com o secretário- chefe da Casa Civil, José Carlos Felizola.

O velório do empresário será no Cemitério Colina da Saudade, em Aracaju, e o corpo será cremado em Alagoinhas (BA). Segundo amigos, Gitz deixou três filhos do primeiro casamento e dois enteados do segundo. O ministro de Minas e Energia disse lamentar o ocorrido. Entidades como a Fies, federação das indústrias de Sergipe, também divulgaram notas de pesar sobre a morte de Gitz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 05/07/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Elena Landau**Título:** MP 579, nunca mais

Depois de 16 anos tramitando, foi promulgada a nova Lei das Agências Reguladoras. Oportunidade para um recomeço. Surgiram em meados dos anos 90 para acompanhar o programa de desestatização. Com a privatização da energia elétrica e das telecomunicações foram criadas a Aneel e Anatel. Esses serviços eram prestados por estatais, muitas vezes na forma de monopólio, sem preocupação com fiscalização, regulação ou competição. As agências são autarquias com autonomia técnica, operacional e decisória. Suas decisões devem preservar os compromissos definidos nos contratos de concessão, assinados por ocasião da privatização. Não devem atuar nem como órgão de defesa do consumidor, nem como implementador de interesses do governo, devendo evitar a sua captura pelas empresas reguladas.

Depois de um início promissor, sua independência passou a ser questionada. Lula logo que assumiu reclamou de não ter sido consultado a respeito de reajustes tarifários para energia homologados pela Aneel. Bolsonaro reagiu ao método de escolha de diretores. O mundo político nunca se conformou com a ideia de autonomia. Hoje, as agências sofrem críticas até de libertários, que enxergam a regulação como uma forma de intervenção do Estado. Esquecem que até mesmo o austríaco Hayek defende a necessidade de arcabouços legais em casos de falhas de mercado.

O grande desafio para o regulador é desenhar as regras sem afetar a competição onde ela é possível e necessária. Nesse sentido, uma das mais importantes exigências trazidas pela nova lei é a Análise de Impacto Regulatório (AIR), com consultas e audiências públicas. A implementação do novo modelo para o gás será um teste importantíssimo. Enfim a busca de competição, com o fim do monopólio da Petrobrás, chega a esse setor. As linhas gerais desse modelo foram definidas pelo CNPE. O anúncio oficial trouxe questões importantes a serem discutidas. Na ocasião, Guedes projetou uma meta de queda no preço do gás de 40% em dois anos, revelando um flerte do liberalismo com o populismo.

O desastre decorrente da MP 579 no setor elétrico mostra que se deve evitar a todo custo promessas como essas. Em tempo, **o ministro Bento de Albuquerque** lembrou que os preços serão definidos pelo mercado. O papel dos vários participantes dessa atividade vai mudar, gerando conflitos naturais que deverão ser arbitrados em favor de um maior benefício para a sociedade. Os

preços devem se tornar mais competitivos não só para a indústria, que é o foco da nova regulamentação, mas para todos os consumidores, incluindo os cativos.

Há muita expectativa com a privatização das distribuidoras, sendo monopólio natural, exigem uma regulação confiável, respeitando-se os contratos existentes no caso de empresas já privatizadas. Caberá à ANP, Agência Nacional do Petróleo, o papel fundamental na definição das novas regras, como já teve a Anatel na privatização das teles. A nova lei exige a AIR para formalização e publicidade das decisões e a agência deverá justificar o caminho regulatório escolhido. Há outros avanços importantes. A temida captura ocorreu, não pela indústria, mas de forma intensa e explícita pela política, com diretores indicados para defender interesses de grupos políticos e do próprio governo.

A lei busca recuperar a credibilidade perdida, ao despolitizar as indicações com as restrições que já existem na Lei das Estatais. Exige competência técnica comprovada. Ao introduzir mandatos não coincidentes e restringir os casos de demissões de diretores à renúncia e condenação judicial ou administrativa, dificulta ainda mais a captura política. É um importante mea culpa do Congresso, que não cumpriu com rigor suas atribuições no processo de aprovação de diretores. Outra novidade relevante foi a limitação da ingerência do TCU, mantendo suas atribuições de controle externo, sem interferir na atividade fim das agências, o que ajudará a superar a paralisia decisória.

A expectativa é que a lei aumente a transparência das decisões e aprimore o planejamento das atividades. Tudo isso deverá reduzir a insegurança jurídica no setor de infraestrutura. As mudanças são importantes. Cabe à sociedade exigir o cumprimento do que a lei determina. Quando Dilma tentou impor artificialmente energia barata no Brasil, a Aneel foi conivente. Deu no que deu. Fica a lição: MP 579, nunca mais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/07/2019

Seção: Política

Autor: Vera Rosa Leonencio Nossa / BRASÍLIA

Título: Família e aliados querem PF na escolta de Bolsonaro

Planalto. Prisão de militar com droga faz ala ideológica pressionar para que Exército deixe segurança do presidente; general Heleno diz que mudança "não tem fundamento"

A família de Jair Bolsonaro e também o chamado núcleo ideológico do Palácio do Planalto cobram mudanças no esquema de segurança do presidente e a transferência da escolta oficial do Exército para a Polícia Federal. A pressão

aumentou desde que um militar da equipe de apoio à comitiva presidencial foi preso na Espanha, há dez dias, com 39 quilos de cocaína. O caso, ocorrido às vésperas do encontro do G-20, no Japão, provocou constrangimento internacional e expôs a disputa, até então velada, pelo controle da área de segurança e inteligência do Executivo.

A proposta de recorrer à Polícia Federal provoca mal-estar entre generais do primeiro escalão e alimenta o confronto dos núcleos civil e militar do governo. O Estado apurou que os filhos de Bolsonaro querem, no futuro, criar uma agência inspirada no Serviço Secreto dos Estados Unidos, que é formado por civis e atua dentro do Departamento de Segurança Interna, desvinculado do Exército americano. A ideia também enfrenta resistência das Forças Armadas. O general Augusto Heleno Ribeiro, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), disse que não existem mudanças à vista. "Isso não tem fundamento", afirmou ele ao Estado.

"A escolta do presidente é sempre adaptada às características do evento." Visto como conselheiro de Bolsonaro, Heleno tem o respeito da família, mas as críticas do vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) ao general, nas redes sociais, incomodaram a caserna. Ainda ontem, ao comentar o suicídio de um empresário em Aracaju, diante do governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, e do **ministro de Minas e energia, Bento Albuquerque**, o filho "02" de Bolsonaro mandou novo recado a Heleno pelo Twitter. "Mais uma falha de segurança. Seria bom a segurança do presidente ficar mais atenta", escreveu Carlos.

A proteção do presidente é feita, por lei, pelo GSI, gabinete que reúne integrantes das Forças Armadas e oficiais da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), mas o contingente empregado nas tarefas é sempre mantido em sigilo. Em 2002 havia 649 agentes do GSI, número que subiu para 907 em 2012. Hoje, estima-se que esse exército ultrapasse a casa dos 1.000. Atualmente, dos cerca de 3 mil funcionários que trabalham no Palácio do Planalto, um terço é composto por militares. Na avaliação da ala não fardada do governo, porém, a segurança de Bolsonaro é falha e não há monitoramento adequado de informações.

Não é raro ouvir de aliados civis que a Abin faz pesquisa "pelo Google", antes da nomeação de algum servidor ou ministro, para saber se o indicado tem algum "empecilho" de natureza ética ou jurídica. Circula também comentário, em tom jocoso, segundo o qual a equipe é informada antes pelo WhatsApp e só depois pela Abin. "Tiros". O apreço do núcleo ideológico do Planalto pela Polícia Federal também causa desconforto entre os militares porque a mudança no modelo de segurança presidencial é defendida com vigor pelo escritor Olavo de Carvalho, guru do bolsonarismo e inimigo das Forças Armadas. Para os generais, os "tiros" de Olavo ajudaram a derrubar o então ministro da Secretaria de

Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz. Aos poucos, a Polícia Federal vai ganhando mais poder no governo Bolsonaro.

Na semana passada, por exemplo, o delegado da PF Alexandre Ramagem Rodrigues, um dos responsáveis pela escolta do presidente na campanha eleitoral do ano passado, foi confirmado pelo Senado como diretor-geral da Abin no lugar de um servidor de carreira. O anúncio da troca, feito em maio, foi mal recebido internamente. "Nós vemos uma troca sem traumas (porque) não há nada contra o atual diretor da Abin. Troca feita por orientação do presidente, buscando uma nova situação para a inteligência", afirmou Heleno, à época. Nos bastidores, representantes do Exército costumam lembrar, com frequência, que Bolsonaro sofreu uma facada na campanha, ao participar de um ato em Juiz de Fora, Minas Gerais, quando era escoltado pela PF. Sargento.

Bolsonaro vê com bons olhos a participação da PF no esquema de segurança, mas não quer melindrar Heleno. "Você não tem medo deste avião explodir?", perguntou o presidente, na semana passada, a um ministro que viajava com ele em uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB). A pergunta foi em tom de brincadeira, mas a obsessão pela vigilância voltou em grau máximo após a prisão do sargento da Aeronáutica Manoel Silva Rodrigues, detido no aeroporto de Sevilha, na Espanha, com grande quantidade de cocaína. "O GSI não tem nada a ver com isso. Zero", disse o general Heleno. Carlos, porém, levantou suspeitas sobre o GSI pelo Twitter, criando nova crise no governo.

Em resposta a um vídeo postado na segunda-feira passada, nas redes sociais, por uma ex-candidata do PSL, o vereador provocou: "Por que acha que não ando com seguranças? Principalmente aqueles oferecidos pelo GSI?" Embora Carlos não tenha citado o nome de Heleno, o ataque foi recebido por militares como uma afronta. Para o líder do PSL na Câmara, deputado Delegado Waldir (GO), a escolta presidencial deve passar com urgência para a Polícia Federal. "Seria dar atribuição para quem tem aptidão para isso. No mínimo, deveria ser em conjunto", argumentou o parlamentar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/07/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Empresário se mata durante evento com ministro em Sergipe

Sadi Gitz era dono de empresa de cerâmica; filho de Bolsonaro comenta no Twitter episódio e critica novamente Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Um empresário do setor de cerâmica se matou durante um evento com a presença do **ministro de Minas e energia, Bento Albuquerque**, e do governador de Sergipe, Belivaldo Chagas (PSD), na manhã de ontem. O gaúcho Sadi Gitz estava na plateia do Simpósio de Oportunidades — Novo Cenário da Cadeia do Gás Natural em Sergipe e cometeu o ato logo após o pronunciamento do governador. A morte do empresário levou o filho do presidente Jair Bolsonaro e vereador Carlos Bolsonaro (PSL-RJ) a publicar nova postagem numa rede social sobre a segurança de seu pai, mirando no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), comandado pelo ministro Augusto Heleno.

“Mais uma falha de segurança. Seria bom a segurança do Presidente ficar mais atenta”, escreveu Carlos Bolsonaro, no Twitter, com menção a uma reportagem sobre o caso. Na última segunda-feira, Carlos respondeu a uma postagem sobre a prisão de um militar da Aeronáutica com 39 kg de cocaína na Espanha na semana passada — o segundo-sargento Manoel Silva Rodrigues, que integrava a equipe de apoio à comitiva presidencial. Na ocasião, afirmou que os homens do GSI estão subordinados a algo “em que ele não acredita”.

Depois do comentário do filho de Bolsonaro na segunda-feira, o Planalto começou a agir para evitar que tais críticas do vereador se alastrassem como uma nova crise do governo. Apesar do evidente incômodo entre os militares com as declarações do filho do presidente, oficialmente o silêncio foi adotado como uma medida para conter danos. O governo de Sergipe emitiu uma nota lamentando a morte do empresário e cancelou o evento. A fala do ministro estava programada para ocorrer logo após a do governador. Mas a morte ocorreu logo após o discurso de Belivaldo Chagas.

O perfil do governador no Instagram transmitia o evento ao vivo. No vídeo, é possível ouvir o disparo. Em seguida, os participantes do evento correndo assustados. A empresa de cerâmica de Sadi Gitz passa por um processo de recuperação judicial, que teve início em fevereiro do ano passado. Nas redes sociais, empresários e autoridades locais lamentaram a morte de Gitz e manifestaram solidariedade à família. O empresário gaúcho era ex-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Sergipe (Acese) e diretor-presidente da Cerâmica Sergipe S/A. A empresa foi fundada por Gitz em 1986.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/07/2019

Seção: Economia

Autor: RENNAN SETTI SÃO PAULO

Título: Guedes espera aprovação no plenário semana que vem

Ministro diz acreditar no Congresso e anuncia que, no segundo semestre, governo terá agenda tributária e federativa

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem esperar que a aprovação da reforma da Previdência ocorra na semana que vem — "acredito no Congresso", afirmou. E admitiu que o presidente Jair Bolsonaro mostrou certa "ingenuidade" ao negociar as mudanças na aposentadoria.

— Ele tem uma ingenuidade ou outra. "Não dá pra ajudar aquele ali, não?", como agora na reforma da Previdência. Mas eu digo, "senhor presidente, agora é o Congresso que está com a reforma" — afirmou Guedes, na abertura de evento da XP Investimentos.

Sobre a falta de coordenação política, o ministro avaliou que se trataria mais de um problema de comunicação.

—Tinha uma forma de comunicação no Congresso, mas tem uma nova forma chegando, e a coisa ainda está balançando. Mas uma hora acerta. Porque os congressistas, que também foram eleitos, têm bons projetos. Tem uma ou outra criatura do pântano, mas tem muita gente querendo acertar.

CAPITALIZAÇÃO NO FUTURO

Com relação ao regime de capitalização (no qual cada trabalhador poupa para sua própria aposentadoria, enquanto o atual é de repartição), que ficou de fora do texto da reforma, Guedes ressaltou que pode ser retomado no futuro.

— Cada coisa de cada vez. O primeiro movimento agora era conseguir uma potência fiscal, para tentarmos, lá na frente, de novo, fazer um esforço para migrarmos em direção à capitalização. Não podemos ficar presos a esse sistema, que destrói empregos —disse Guedes.

Ele explicou que a capitalização não seria erguida dentro do sistema bancário, mas em um sistema separado e descentralizado:

—O governo garante o recurso mínimo, mas a gestão é privada, descentralizada. É a difusão do capitalismo popular. Permitir que os pobres capitalizem os seus recursos, assim como os ricos.

De acordo com o ministro, aprovada a reforma da Previdência, o foco do governo no segundo semestre será acelerar privatizações e implementar a reforma tributária e um novo pacto federativo.

— Para o Senado, a ideia é levar o pacto federativo. Vamos controlar lá em cima na União e deixar cada vez mais estados e municípios se responsabilizarem —

afirmou. — Na Câmara, vamos jogar a reforma tributária. A reforma dos impostos é iminente, ela vai começar agora.

Guedes disse ainda que "daqui a cinco, seis dias" o governo vai anunciar um "choque da energia barata", prevendo a integração do gás produzido na Argentina e na Bolívia à rede de distribuição de gás brasileira. Segundo o ministro, o objetivo é derrubar em até 40% o custo de produção das termelétricas.

Além do apoio do governador do Rio, Wilson Witzel, que quer abrir mão do monopólio de distribuição de gás, Guedes falou que já há negociações com os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Sobre o BNDES, Guedes disse que o objetivo é acelerar as privatizações e as concessões. E criticou as gestões anteriores do banco, que concedeu empréstimos a empreiteiras, para prestar serviços em Cuba, Angola e Venezuela — "países com ideologias obsoletas", afirmou — e aos chamados campeões nacionais.

— O presidente torce para um time, surge um estádio. O presidente gosta de um empresário, um banco público é capitalizado, esse dinheiro vai parar lá, e sua empresa vira a maior de proteína animal do mundo. Nenhum presidente pode ter tanto poder assim — ironizou. — Vamos desalavancar o banco. O campeão nacional vai ficar chumbado pelo caminho, já que escolheu vias escusas.

TRATAMENTO DE POPSTAR

Segundo Guedes, o governo retomou as negociações para o acordo com a União Europeia, assinado na semana passada, após negociar com os parceiros do Mercosul que o bloco adotaria uma postura liberal, de abertura.

— O liberalismo é a maior alavanca de geração de riqueza já criada. Um chinês, quando ele nasce, amarram uma TV de tela plana na cabeça, jogam ele no mar, ele vem nadando e vende ela pra gente aqui — brincou. — O crescimento se moveu para a Ásia. Enquanto isso, Brasil e Argentina, os dois aqui bebendo bastante, afundaram nos últimos 30 anos.

Ele assegurou que a agenda do governo, a longo prazo, levará à redução dos juros:

— O Brasil vai deixar de ser o paraíso dos rentistas, vai virar o inferno dos rentistas. Vai trabalhar, vagabundo!

Guedes foi recebido como popstar por uma plateia formada por milhares de assessores de investimento, que o aplaudiram de pé, tiraram fotos com o ministro e entoaram gritos como "Você está salvando o Brasil" e "Não esquece da gente". Guedes agradeceu o apoio recebido nas ruas e nas redes sociais.

*O repórter viajou a convite da XP Investimentos

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/07/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Alerta em barragem desaloja mais 23 famílias em Minas

Área fica próxima à Mina Serra Azul, em Itatiaiuçu; outros 200 moradores já tinham sido retirados

Uma atualização no estudo sobre os impactos de um possível rompimento da barragem da Mina Serra Azul, no município de Itatiaiuçu, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, levou mais 23 famílias a serem evacuadas da localidade em que vivem nos arredores do complexo administrativo da mineradora Arcellor Mital. Elas se somam a mais de 200 pessoas que já tinham sido retiradas de suas casas em fevereiro, por precaução. A estrutura de contenção da barragem está no patamar 2 de alerta de risco, o último antes do nível de colapso.

Não houve mudança neste índice desde as medidas de segurança tomadas no início do ano. De acordo com a empresa, uma atualização no estudo chamado dam brake levou à reconsideração do número de casas que seriam atingidas, caso a barragem se rompesse. Com a adoção de critérios considerados “mais conservadores”, explica a mineradora em nota oficial, a área de residências possivelmente afetadas aumentou e, por isso, mais famílias precisarão ser desalojadas. A Arcelor Mittal pediu desculpas às famílias afetadas e reforçou que, para a companhia, “a segurança deve sempre vir em primeiro lugar”.

De acordo com a empresa, a barragem é de rejeitos à montante — o mesmo sistema de reservatórios da Vale que romperam em Mariana e Brumadinho — e está desativada desde outubro de 2012. Além de Itatiaiuçu, Minas tem outras localidades em que famílias permanecem privadas de suas moradias. Em Barão de Cocais, por exemplo, mais de 400 pessoas foram desalojadas pela mineradora Vale por risco de rompimento da barragem da Mina de Gongo Soco.

CORPO INTACTO SOB A LAMA

O corpo de Carlos Roberto Pereira, de 53 anos, foi encontrado ontem, cinco meses após o rompimento da barragem em Brumadinho, intacto. Segundo os Bombeiros, o corpo estava a oito metros de profundidade sob a lama. Carlos tinha a carteira de identidade no bolso. Um fenômeno conhecido por saponificação desacelerou o processo de decomposição. A tragédia somava até ontem 247 mortos e 23 pessoas desaparecidas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/07/2019

Seção: Economia

Autor: ELIANE OLIVEIRA BRASÍLIA

Título: Relator da LDO decide prever reajuste para servidores civis

Proposta contraria governo, que só queria aumento salarial para militares

O relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), deputado Cacá Leão (PP-BA), afirmou ontem que vai propor em seu parecer a permissão para que o Executivo autorize reajuste salarial para os funcionários públicos civis em 2020. A medida contraria o governo, que só prevê a possibilidade de aumento aos militares.

—Vamos apenas autorizar o reajuste no ano de 2020. O importante é que o Legislativo não vai ficar com essa responsabilidade. A responsabilidade sobre dar ou não aumento salarial para os servidores civis é do Executivo — afirmou o parlamentar, acrescentando que seu relatório ficará pronto neste fim de semana.

ORÇAMENTO APERTADO

Consultado, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, foi taxativo: mesmo que esteja previsto um reajuste na proposta enviada ao Congresso, isso não significa que ele vá ocorrer. Afinal, é preciso haver espaço fiscal para conceder aumentos salariais.

— O Orçamento deste ano está bem apertado, e o do ano que vem também, mesmo com a reforma da Previdência. A reforma vai evitar uma situação de caos, mas o espaço fiscal continuará apertado —disse o secretário.

Mansueto confirmou que a conjuntura atual pode levar o governo a fazer mais um contingenciamento de despesas neste mês. Segundo ele, uma das razões é a nova revisão da estimativa de crescimento do PIB pelo Ministério da Economia, que será divulgada no próximo dia 22. O secretário acredita que a projeção atualizada ficará entre 0,8% e 1,2%.

A estimativa do Banco Central para o PIB, divulgada recentemente, é de crescimento de 0,8%. Já o percentual projetado pelo governo no último Relatório Trimestral de Receitas e Despesas, divulgado em maio, é de 1,6%.

—Se o PIB cair e não houver uma receita extra de petróleo e concessão, por exemplo, possivelmente haverá contingenciamento, mas acredito que de magnitude pequena — afirmou o secretário, sem dar detalhes sobre de quanto poderia ser a restrição orçamentária.

Ele destacou que a arrecadação do governo se divide em dois grupos: a receita administrada, formada por impostos e contribuições, que está bastante ligada ao comportamento da economia; e a receita não administrada, que inclui concessões, participação especial e royalties de petróleo.

—O preço do petróleo, nos últimos dois meses, não aumentou, então teremos nenhuma surpresa para cima em termos de arrecadação ligada ao setor. E o PIB será menor—disse Mansueto.

MME / ASCOM .